

RELATO DE EXPERIÊNCIA: A EXPRESSÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO ATRAVÉS DE PAINÉIS TEMÁTICOS

Paula Vielmo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA. Grupo de Pesquisa Nego D'água: pesquisas interdisciplinares do Oeste da Bahia. E-mail: paulavielmo@ifba.edu.br

Resumo

A escola é um espaço essencial para a transformação das relações de gênero e este artigo é o Relato de Experiência de uma educadora e militante feminista, integrante do Grupo de Estudos sobre Gênero numa perspectiva Feminista (GEGEF) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)/Campus Barreiras, a partir da intervenção pedagógica com sete painéis temáticos, realizada para o 8 de março de 2016. Analiso o conteúdo dos painéis a partir das respostas das/os estudantes, sob a perspectiva dos Estudos Feministas, objetivando analisar como as desigualdades de gênero se manifestam através da linguagem escrita; identificar respostas criativas para as questões levantadas; refletir acerca das possibilidades de construção da consciência crítica de gênero a partir de intervenções escolares. Por fim, concluo que a intervenção foi significativa para dar visibilidade a situações cotidianas de desigualdades e violências de gênero, bem como a necessidade de ampliar as discussões de gênero e formação de estudantes e professoras/es para trabalhar com essa temática no contexto escolar.

Palavras-chave: Gênero, Feminismo, Intervenção pedagógica, Painéis temáticos, IFBA.

Introdução

Em uma sociedade em conflito entre manutenção do *status quo* e transformação dessa realidade, a Escola situa-se como Instituição que reproduz ideologias e práticas discriminatórias e excludentes, dentre as quais as desigualdades de gênero, raça/etnia, sexualidade e classe. Essa perpetuação é percebida através da organização escolar que transmite valores, normas e concepções construídas socialmente como se fossem naturais. Essa escola também é a nossa.

Quando tratamos da condição feminina, a educação escolar situa-se como parceira para a “preservação e reforço de valores arcaicos, de mentalidades subalternas e/ou autoritárias” (COSTA, RODRIGUES e VANIN, 2008, p.6). No tocante a sexualidade, para Altmann (2001, p.584) perpassa espaços escolares, instaura regras e normas, estabelece mudanças no modo pelo qual os indivíduos dão sentido e valor a sua conduta, desejos, prazeres, sentimentos e sonhos, onde “hegemonicamente o gênero e a sexualidade se expressam unidos” (BENTO, 2011, p. 552).

Compreendo ambas as categorias de maneira interseccionalizada e, apesar da escola ser um espaço que produz discriminações, pode promover transformação e mudança, favorecendo a educação de sujeitos críticos. Dessa maneira, é necessário que tais temáticas presentes na sociedade sejam abordadas pela escola através de uma perspectiva crítica e de respeito às diferenças, construídas socialmente a partir dos papéis sexuais e de gênero, considerando que “a escola

funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade” (BENTO, 2011, p.555).

Assim, refletindo sobre a função da escola, o espaço de formação em disputa e a necessidade de promover mudanças através da educação, bem como trazer para o contexto escolar o debate sobre as relações de gênero, surgiu em 2014 o Grupo de Estudos sobre Gênero numa perspectiva Feminista (GEGEF) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) / Campus Barreiras, organizado por servidoras Técnicas Administrativas em Educação e Docentes, compreendendo que “os estudos de gênero significam um marco importante no processo de democratização, redefinindo as relações sociais e provocando transformações” (COSTA, RODRIGUES e VANIN, 2008, p. 10).

O GEGEF fundamenta-se nas pedagogias feministas, ou seja, uma Pedagogia pautada em um conjunto de princípios e práticas que objetivam conscientizar homens e mulheres da ordem patriarcal vigente na sociedade, instrumentalizando-as/os para superá-la e atuarem para construir a equidade entre os sexos (SARDENBERG, 2008, p. 17). Considerando a afirmação de Louro (1999, p.25-26) apud Altmann (2001, p. 578):

a escola é uma entre as múltiplas instâncias sociais que exercitam uma pedagogia da sexualidade e do gênero, colocando em ação várias tecnologias de governo. Esses processos prosseguem e se completam através de tecnologias de autodisciplinamento e autogoverno exercidas pelos sujeitos sobre si próprios, havendo um investimento continuado e produtivo desses sujeitos na determinação de suas formas de ser ou “jeitos de viver” sua sexualidade e seu gênero.

Scott (1995, p. 86-87) define gênero como elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primária de dar significado às relações de poder implicando em quatro elementos: 1) os símbolos culturais; 2) as normas de interpretação dos símbolos; 3) organização social e 4) identidade subjetiva. Estes elementos operam juntos nas relações sociais e é preciso dar visibilidade a eles. Assim, a autora cunha o conceito **gênero**, que serve ao mesmo tempo como ferramenta analítica e política (LOURO, 2011, p.25).

Em 2016 o GEGEF promoveu para o 8 de março – Dia Internacional das Mulheres, uma intervenção pedagógica através de painéis temáticos envolvendo a mulher na sociedade atual, com questões do cotidiano social e situações escolares. A partir dessa experiência extremamente significativa pelos elementos que trouxe à tona, avaliarei neste artigo os sete painéis temáticos tendo como objetivos: analisar como as desigualdades de gênero se manifestam através da linguagem escrita; identificar respostas criativas para as questões levantadas; refletir acerca das possibilidades de construção da consciência crítica de gênero a partir de intervenções escolares.

Metodologia

A experiência ocorreu nas dependências do IFBA/Campus de Barreiras, envolvendo um número indefinido de estudantes dentre as/os 1.200 matriculadas/os nos cursos técnicos de nível médio na modalidade integrada de Alimentos, Edificações e Informática; cursos técnicos de nível médio na modalidade subsequente de Eletromecânica, Eletrotécnica e Enfermagem; curso técnico de nível médio de Eletromecânica na modalidade PROEJA e cursos de graduação em Engenharia de Alimentos e Licenciatura em Matemática.

A intervenção pedagógica promovida pelo GEGEF em parceria com o Grêmio Estudantil (GREMIF) contou com os seguintes procedimentos: seleção e definição de frases com perguntas para os painéis; colagem de sete painéis pelo Campus, com perguntas acerca de diversos temas sobre a mulher na sociedade e das pautas feministas; registro e tabulação das respostas das/os estudantes nos cartazes para subsidiar as Rodas de Conversas no dia 8 de março de 2016; exibição do filme “As sufragistas” seguido de debate; encenação de cenas cotidianas de assédio contra estudantes, sob responsabilidade do Grêmio Estudantil; Rodas de Conversas após o intervalo no 8 de março de 2016.

Neste artigo irei tratar do conteúdo dos painéis, considerando que a violência de gênero é uma realidade complexa, com raízes na sociedade, na omissão do Estado e nas relações interpessoais que ainda hoje são vistas como algo da vida privada, e por muito tempo ficou encoberta por certa invisibilidade social (SARDENBERG e MACEDO, 2008, p. 42). Os painéis constituem um recurso pedagógico que estimulam a heterogeneidade de respostas e a divulgação de diversas posições de maneira explícita e sem mediação de alguém.

A intervenção adotou a “Pedagogia da Pergunta”, de Paulo Freire, acreditando que o conhecimento começa pela pergunta. Assim, a temática foi provocada via despertar da curiosidade, do pensar e da crítica, de modo que por meio das perguntas como motivadoras, as/os estudantes e demais pessoas da comunidade pudessem expressar as suas opiniões e/ou repensar sobre suas posições a partir da diversidade de respostas.

A análise dos dados será feita a partir dos Estudos Feministas, um campo de estudo marcadamente engajado, dirigido para análise e intervenção social (LOURO, 2011, p. 161), com um caráter de mudança epistemológica, demonstrando que as contribuições destes Estudos consiste em “reconhecer que os comportamentos, as crenças, as representações das/os pesquisadoras/es

feministas interferem nos resultados de suas pesquisas – da mesma forma que interferem as de *qualquer* pesquisador ou pesquisadora” (LOURO, 2011, p. 158).

Resultados e Discussão

Os painéis ficaram disponíveis durante cerca de dez dias, mas logo nas primeiras horas, a maioria ficou totalmente preenchido. Foram afixados mais cartazes para oportunizar a expressão das/os estudantes. O fato dos cartazes serem rapidamente preenchidos demonstrou que os temas e as frases, trazidas do cotidiano da vida das mulheres e das estudantes nas relações com as/os professoras/es foram um espaço de visibilidade para as relações de gênero no ambiente escolar, resultado de diferenças, distinções e desigualdades produzidas também pela e na escola, pois “a escola entende disso” (LOURO, 2011, p. 61).

Uma semana antes do 8 de março os painéis foram retirados, realizou-se registros fotográficos, transcreveu-se e tabulou-se as respostas para fundamentar as Rodas de Conversas. As respostas chamaram a atenção porque havia agressões e ridicularizações - já previsto -, mas a maioria eram respostas adequadas ao que estava sendo questionado. O espaço também foi utilizado para denúncias de situações de assédio por professores, trazendo à tona “práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamentos e, em especial, de desconfiança” (LOURO, 2011, p. 67).

Analiso abaixo o conteúdo dos sete painéis, intitulados: Lugar de mulher é...; Meninas, seu short curto seduz o professor?; O que você já deixou de fazer por ser mulher?; Qual a sua opinião sobre a legalização do aborto?; Qual a sua opinião sobre esta imagem

LÓGICA DA EQUAÇÃO

$$\text{♂} + (\text{♀} \times \text{♀}) = \text{♥♥}$$

Trabalho doméstico é coisa de mulher?; Você já foi obrigado/a a ficar com alguém? Em qual situação? Como se sentiu?

Pergunta: Lugar de mulher é...

Essa pergunta buscou refletir acerca dos papéis sociais e se há ou não um lugar determinados para as mulheres na concepção de nossas/os estudantes. A “mulher é uma categoria heterogênea, construída historicamente por discursos e práticas variados, sobre os quais repousa o movimento feminista” (COSTA, 1998, p. 133), sendo uma identidade politicamente assumida e ligada aos lugares social, cultural, geográfico, econômico, racial, sexual, libidinal, etc, que

ocupamos a partir do qual lemos e interpretamos o mundo. Assim, não existe uma essência universal do ser mulher.

Das 67 (sessenta e sete) respostas a esta pergunta, 09 disseram “em qualquer lugar que seja respeitada”; “aonde ela quiser”; ”em todo lugar, depende de cada uma”; “aonde ela se sentir feliz”, totalizando 13,4% das respostas. Para Sardenberg (2008, p. 16) “é preciso atentar para a especificidade da condição feminina e, ao mesmo tempo, criar as condições que propiciem o desencadear de um processo de conscientização e ‘empoderamento’ das mulheres”.

Acredito que a escola seja essencial para as transformações e que a nossa Instituição precise desse debate, conforme a maioria das respostas demonstrou, pois o desrespeito às mulheres e as violências de gênero também na escola podem ser percebidas através da maneira como a maioria das pessoas respondeu a essa questão. As respostas apontam para uma mudança em curso, mas ainda sutil no ambiente escolar no que se refere às questões de gênero.

Pergunta: Meninas, seu short curto seduz o professor?

A pergunta teve origem em situações escolares, espaço que educa a sexualidade feminina para se adequar aos padrões de passividade e desconsidera que a sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos e não é algo que alguém possa ‘se despir’ (LOURO, 2011, p 85).

Deste modo, foram 47 (quarenta e sete) respostas, sendo três com diálogos, e a maioria respondeu “não sei”. Essa temática é recorrente no ambiente escolar, que busca cercear a exposição dos corpos femininos, percebidos pela sociedade patriarcal como perigosos por possuírem sexualidade. Dessa maneira, a acusação de que os corpos femininos despertariam desejos em alguns professores é uma forma de cerceamento desses corpos e de dominação masculina.

Chamou atenção uma das respostas alegando que “escola não é ambiente para se usar short curto”, demarcando a escola como um ambiente conservador em termos de vestimenta. Assim, “é indispensável que nos demos conta de que as preocupações e a vigilância em relação a sexualidade não se restringem as alunas, nem mesmo apenas aos alunos, mas a todas as pessoas (inclusive os adultos) que convivem na escola” (LOURO, 2011, p. 80). É comum percebermos nas escolas que há uma prática de “negar a sexualidade como se ela pudesse ser afastada dos contextos escolares” (RIBEIRO, 2013, p. 11), fato que tem marcado tal debate na educação brasileira ainda nos dias de hoje quando se trata de gênero e sexualidade.

Relevante registrar que três docentes tiveram os nomes citados, insinuando alguma situação em sala de aula que desconhecíamos até a atividade com os painéis, que para Alemany (2009, p. 29)

caracterizam fatos incluindo as manifestações e os propósitos e olhares com intenção sexual dirigidos a uma pessoa sem que ela os tenha desejado, algo que atinge mais de 60% das mulheres.

Segundo o Código Penal ocorre assédio sexual quando se constrange alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função (Art. 216-A), fato que se aplica à relação com os docentes, mediante a função de poder que exercem, por exemplo, através de conteúdos, instrumentos de frequência e avaliação.

No entanto, acredito que tais denúncias devam ser abordadas de maneira educativa, através de formação desses docentes, responsabilizando-os como profissionais formadores de opinião, repensando valores e ressignificando concepções, ao mesmo tempo em que as estudantes devam ser acolhidas e empoderadas para reagir às diversas violências.

Pergunta: O que você já deixou de fazer por ser mulher?

Simone de Beauvoir em 1949 questionou a dominância biológica para explicar as relações entre homens e mulheres. Ela argumenta que “ser mulher é ser o outro” (BEAUVOIR, 1970, p. 71) e que essa condição deve-se a processos sociais e históricos. Esta pergunta obteve 43 (quarenta e três) respostas, sendo a maioria delas acerca de questões reais (chegar tarde, ir à festas, fazer sexo), demonstrando maturidade por parte de quem respondeu no sentido de refletir e externar suas experiências e as subjetividades que tal pergunta manifesta.

Do total de respostas, 7% respondeu “nada”. Interessante o diálogo entre uma das respostas: “meu sexo não limita o meu ser”; resposta: “ô miga, limita, mas não é culpa nossa!”. Scott (1995, p. 88) argumenta dizendo que como a sociedade “representa o gênero”, serve para articular as normas das relações sociais ou construir o significado das experiências de cada pessoa. Portanto, ela nos diz que o conceito de gênero estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica da vida social.

Inúmeras respostas fizeram referência à liberdade sexual, demonstrando que a sexualidade é um grande entrave para as mulheres, principalmente para as jovens, pois são nos corpos que se marca as violências de gênero (BARREIRA, 2014, p.191). As desigualdades de gênero existem e são resultado das relações assimétricas e hierárquicas. Destarte, as mulheres não dispõem das mesmas condições que os homens para enfrentar os problemas da vida cotidiana e somente com “filtros de gênero” isso se torna perceptível (SARDENBERG e MACEDO, 2008, p. 37). A educação formal, ao tempo que contribui para a determinação dos papéis sociais de mulheres e homens, pode contribuir para a percepção dessas desigualdades e a sua transformação.

Pergunta: Qual a sua opinião sobre a legalização do aborto?

É inegável que o debate sobre aborto no Brasil está permeado por reprovação moral e por ser considerado crime previsto na legislação, sendo pouco entendido como direito reprodutivo das mulheres. É impreciso quantos abortos são realizados por ano no Brasil, justamente por ser ilegal, porém a Pesquisa Nacional de Aborto (2010) aponta que 01 a cada 05 mulheres brasileiras com menos de 40 anos já realizou ao menos um aborto na vida (DINIZ e MEDEIROS, 2010, p. 963).

Foram 43 (quarenta e três) respostas neste painel, das quais dezessete foram favoráveis, dezessete contrárias e cinco afirmaram depender da situação e citaram os casos autorizados pela legislação. As demais respostas foram irônicas, ou seja, minoria. As respostas contrárias continham argumentos tais como “você nasceu, né”; “você não tem direito de tirar uma vida”. O aborto é considerado como um grave caso de saúde pública no Brasil em virtude dos níveis de internação pós-aborto (DINIZ e MEDEIROS, 2010, p.964) no Sistema Único de Saúde.

O uso de “camisinha” foi citado quatro vezes. Todavia, a sexualidade das mulheres mantém um vínculo afetivo, sendo considerado ato de confiança o não uso do preservativo. Porém, a recusa em utilizar preservativo caracteriza violência sexual, falta de controle sobre o próprio corpo (BARREIRA, 2014, p. 195) e exposição da saúde da mulher devido à cultura machista. As respostas insinuam ainda sobre as mulheres que contrariam a norma de gênero da maternidade, estigmatizando-as e sofrendo restrições em seu acesso à saúde (VILLELA e MONTEIRO, 2015, p. 536) através dos direitos sexuais e reprodutivos.

LÓGICA DA EQUAÇÃO

Pergunta: Qual a sua opinião sobre esta imagem 

Essa pergunta foi motivada por uma situação no período, envolvendo um professor do Campus Seabra do IFBA usando uma camiseta com esta imagem. As 38(trinta e oito) respostas no painel versaram acerca da leitura de uma cena de violência sexual a partir do incentivo do uso de álcool pela mulher. De tal modo, houveram respostas como: “crime, abuso, assédio”; “nojo!”; “abuso!!”; “#que horror”; “não é = ♥ é = abuso”; “sexo sem consciência”.

As respostas à cena nos remetem à cultura do estupro e ao Código Penal (BRASIL, 1940, art. 215) e a descrição sobre violação sexual mediante fraude, definida como a conjunção carnal ou a prática de outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima, algo que pode ser assim caracterizado, conforme insinua a imagem, sendo considerado um crime contra a liberdade sexual.

Sobre a resposta “taca cachaça que ela libera”, alguém respondeu “estuprador”. Assim, há uma ação lógica de assédio sexual de mulheres embriagadas ou ainda ação de incentivar o uso de álcool para a prática de sexo com a mulher inconsciente, o que caracteriza violência sexual conforme descrito no Código Penal. Esse comportamento dirigido majoritariamente às mulheres é uma expressão do poder dos homens sobre elas. (ALEMANY, 2009, p.26). A violência de gênero é um fenômeno social alarmante que engloba diversos fatores e inclui um dos mais graves atos de agressão contra a mulher: a violência sexual. (MELO E SOUZA e ADESSE, 2005, p.15).

Pergunta: Trabalho doméstico é coisa de mulher?

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão social do trabalho por sexo, tendo como característica a destinação de homens ao trabalho produtivo e às mulheres ao trabalho reprodutivo, sendo as funções ocupadas pelos homens de maior valor social (KERGOAT, 2009, p. 67). Assim, percebemos que o trabalho doméstico é um trabalho reprodutivo, considerado ainda hoje feminino. Dessa forma, tende a ser sempre subestimado, ou mesmo ‘mascarado’, a começar pelo trabalho doméstico (que inclui uma diversidade de tarefas), trabalho reprodutivo, que só é considerado ‘trabalho’ se remunerado (quando feito pela trabalhadora doméstica) e, ainda assim, pouco valorizado, só sendo apreciado quando não é feito (SARDENBERG e MACEDO, 2008, p. 41).

Dentre as 50 (cinquenta) respostas a este painel, a maioria não foi irônica. As respostas versavam sobre ser obrigação de homens e mulheres e/ou de quem suja. Dessa forma, tais respostas demonstram que a ideia de que o trabalho remunerado é restrito ao homem e o trabalho doméstico à mulher perde cada vez mais espaço. Olhando para as condições do trabalho doméstico no Brasil, observamos que trata-se de um trabalho subvalorizado e “na maioria das vezes, exercido pela mulher negra” (DIEESE, 2013, p.6) , tendo assim um claro recorte de gênero, raça e classe.

O contingente elevado de mulheres negras no trabalho doméstico é consequência da histórica associação entre este tipo de atividade e a escravidão, em que tal função era majoritariamente delegada às mulheres negras. Atualmente, ainda existem resquícios dessas relações escravagistas no emprego doméstico, havendo, com frequência, preconceito e desrespeito aos direitos humanos e aos direitos fundamentais no trabalho. (DIEESE, 2013, p.6)

Apenas em 2013 o trabalho doméstico teve a garantia de todos os direitos trabalhistas, com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional Nº 66/12. Todavia, a “PEC das domésticas”, como ficou conhecida, foi regulamentada mais de dois anos depois (2015), sob forte polêmica, sobretudo da classe média brasileira, cujo perfil racista buscava manter as trabalhadoras domésticas (mulheres pobres e negras) em condições de trabalho análogo à escravidão, “uma vez que até a abolição da escravidão, os afazeres da casa ficavam sob responsabilidade de mulheres negras

escravizadas - e passam pela desvalorização do trabalho reprodutivo (cuidado do lar e da família) realizado pelas mulheres.” (DIEESE, 2013, p.4)

Pergunta: Você já foi obrigado/a a ficar com alguém? Em qual situação? Como se sentiu?

Este painel obteve 45 (quarenta e cinco) respostas, sendo algumas irônicas e outras que relatam situações que confirmam a violência de gênero em questão: “já fui assediada no carro”; “aos 10 anos! Não pude fazer nada”; “horrível”; “já sim, por livre e espontânea pressão. Me senti mal”; “sim, odiei!!!”; “sim! Por minhas amigas, mal”; “sim. Ele me beijou a força. Agredida”.

Para Rubenstein (1987, p. 161 apud Alemany, 2009, p.27), assédio sexual é a “conduta verbal ou física de natureza sexual cujo autor sabe ou deveria saber que é ofensiva à vítima”, algo banalizado na sociedade brasileira através da manutenção de valores patriarcais que são, inclusive, reproduzidos pela escola. Nesse painel houve uma mensagem explicitamente sexista: “você é mulher, sua opinião não conta”, demonstrando uma posição que concebe a mulher como submissa e revela a necessidade de continuar o trabalho sobre relações de gênero numa perspectiva feminista.

Conclusões

O preenchimento dos painéis rapidamente indicou, inicialmente, que havia necessidade de tratar das temáticas, mas as respostas nos levam a concluir que parte considerável abordou com a seriedade que merece, haja vista que a violência de gênero é uma problemática social muito grave e naturalizada.

A intervenção foi bem recebida e elogiada no espaço escolar, tendo sido significativa para dar visibilidade a situações cotidianas de desigualdades e violências de gênero, bem como a necessidade de ampliar as discussões de gênero e formação tanto de estudantes quanto de professoras/es para trabalhar a partir dessa perspectiva, uma vez que para a educação ser um local de transformação, “implica em um novo olhar e uma nova prática por parte de educadores e dirigentes” (COSTA, RODRIGUES e VANIN, 2008, p. 6), perpassando pela compreensão e entendimento da importância das relações de gênero para a emancipação humana.

O painel com maior quantidade de respostas foi o que perguntava sobre “lugar de mulher é...”, fato que chama atenção pela quantidade e pela qualidade das respostas, uma vez que foi tratado de maneira jocosa pela maioria das pessoas que respondeu, naturalizando o lugar social da mulher como privado, do lar, sem voz e sem direitos.

As respostas nos painéis foram criativas, mas se assemelhavam às frases das redes sociais, o que chama atenção para a influência e potencial contribuição das redes sociais e da internet para a

consciência de gênero e educação feminista. Todavia, ficou explícita a necessidade de aprofundamento sobre as relações de gênero no sentido de desenvolver a consciência de gênero, considerando ainda que “há um projeto social, uma engenharia de produção de corpos normais, que extrapola os muros da escola, mas que encontrará nesse espaço um terreno fértil de disseminação” (BENTO, 2011, p.556).

Os painéis foram caracterizados pelo diálogo entre as respostas, o que considero um importante “dispositivo pedagógico”, definido por Larrosa (1994 apud Altmann, 2001, p. 578) como lugar no qual se aprendem ou se modificam as relações que o sujeito estabelece consigo mesmo, sendo portanto, constitutivos de subjetividades. Portanto, constituíram possibilidades de pensar e repensar sobre as provocações feitas através das perguntas.

Acredito que seja possível transformar a realidade, porém não com uma “consciência ingênua” (FREIRE, 2011, p.26). Assim, a construção da consciência crítica de gênero, através de um ‘novo olhar’ para o seu ser e estar no mundo como seres inseridos na dinâmica das relações sociais de gênero patriarcais que caracterizam nossa sociedade (SARDENBERG, 2008, p.19) requer exercício constante, sendo que as respostas nos painéis demonstraram que há potencial para tal em nosso espaço escolar, apesar de resistências e de respostas agressivas e que a socialização das experiências permite constatar que não se trata de um problema individual, mas com raízes sociais que requerem soluções coletivas.

Referências

ALEMANY, Carme. Assédio sexual. In: HIRATA, Helena et al (orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.25.

ALTMANN, Helena. Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 575, jan. 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200014>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

BARREIRA, Clarananda. Sexualidade para a liberdade. In: LOBATO, Ana Laura (org). **Jovens mulheres e políticas públicas**. Brasília: Presidência da República, 2014, p.191-199.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Fatos e Mitos. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. Vol.1. 4. ed. Disponível em: <<http://brasil.indymedia.org/media/2008/01//409660.pdf>> Acesso em: 20 out. 2014.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549, jan. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200016>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

BRASIL. Decreto-lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União (DOU). Brasília, DF, 1940.

COSTA, Ana Alice A.; RODRIGUES, Alexnaldo T; VANIN, Iole M. Introdução. In:_____. **Ensino e gênero: perspectivas transversais**. Salvador: UFBA/NEIM, 2008, p. 05-13.

COSTA, Claudia Lima. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**. v. 11, 1998, p. 127-140, 2013.

DIEESE. **O Emprego Doméstico no Brasil**. Disponível em <<https://www.dieese.org.br/estudosetorial/2013/estPesq68empregoDomestico.pdf>> Acesso em 30 maio 2017.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. **Ciência e Saúde Coletiva**. N.15 (supl.1), 2010, p. 959-966.

FREIRE, Paulo. O compromisso do profissional com a sociedade. In:_____. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 17-32.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al (orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.67.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 13.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MELLO E SOUZA, Cecília de; ADESSE, Leila (orgs). **Violência sexual no Brasil: perspectivas e desafios**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A educação sexual na formação de professores: sexualidade, gênero e diversidade enquanto elementos para uma cidadania ativa. In: RABELO, Amanda Oliveira et al (orgs). **Formação docente em gênero e sexualidade: entrelaçando teorias, políticas e práticas**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013, p. 7-16.

SARDENBERG, Cecília M.B. Considerações introdutórias às Pedagogias Feministas. In: **Ensino e gênero: perspectivas transversais**. Salvador: UFBA/NEIM, 2008, p. 15-29.

SARDENBERG, Cecília M.B.; MACEDO, Márcia S. Relações de gênero: uma breve introdução ao tema. In: **Ensino e gênero: perspectivas transversais**. Salvador: UFBA/NEIM, 2008, p. 31-44.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: Educação e Realidade. Porto Alegre, jul./dez. 1995, p. 71-99.

VILLELA, Wilza Vieira; MONTEIRO, Simone. Gênero, estigma e saúde: reflexões a partir da prostituição, do aborto e do HIV/aids entre mulheres. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília: 2015, v. 24, n. 3, p. 531-540.